

COMO EQUILIBRAR O ORÇAMENTO EM MOMENTOS DE CRISE?

CONTROLE DIÁRIO DE DESPESAS E RECEITAS É O PRIMEIRO PASSO PARA ORGANIZAR AS FINANÇAS PESSOAIS. A DICA É NÃO COMPROMETER MAIS DE 30% DA RENDA COM DÍVIDAS

Com a inflação em alta e os juros elevados, o consumidor tem reduzido as dívidas, o que justifica a estabilidade do nível de inadimplência. Em 2013, de acordo com o estudo Radiografia do Crédito e do Endividamento das Famílias Brasileiras, realizado pela FecomercioSP, 21% das famílias brasileiras tinham dívidas em atraso (mesmo percentual registrado no ano anterior).

Adicionalmente, 63% das famílias brasileiras tinham algum tipo de dívida no ano passado. A tendência é que a proporção de famílias tomadoras de crédito fique ao redor de 60% do total. Essa perspectiva pode ser modificada em caso de alta da inflação ou de deterioração do nível de emprego.

Diante desse cenário, a educação financeira é condição para manter o orçamento equilibrado. Algumas orientações básicas podem ajudar, tais como:

Controle diário de despesas e receitas – elabore uma planilha que contemple todas as receitas e despesas do mês, inclusive pequenos gastos, como um café. A partir daí, defina os pontos em que é possível fazer cortes. O ideal é não comprometer mais de 30% da renda com dívidas;

Negociação com credores – crédito consignado ou portabilidade de dívidas podem ser alternativas;

Utilização do cheque especial e do cartão de crédito – evite utilizar o limite do cheque especial e o rotativo do cartão de crédito. Ambos possuem as taxas de juros mais caras do mercado, 159,76% e 238,67% ao ano, respectivamente;

Planejamento – Antes de comprar algo, planeje e certifique-se de que a aquisição é mesmo necessária. Pesquise preços e condições de pagamento. [8]



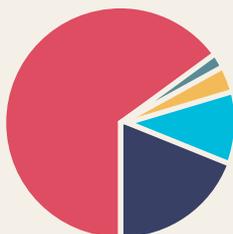
pág. 02 ECONOMIA

PIB recua 0,6%
no segundo trimestre



pág. 03 GOVERNO

Contribuinte paga a conta
de novos municípios



pág. 04 CENÁRIO

Mercados reagem
ao quadro eleitoral



ECONOMIA BRASILEIRA ENCOLHE NO SEGUNDO TRIMESTRE

QUEDA DE 2,2% NO DESEMPENHO DO COMÉRCIO CONTRIBUIU PARA O FRACO RESULTADO DO PIB

Divulgado no fim do mês de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro demonstrou que a economia recuou 0,6% no segundo trimestre de 2014 na comparação com os três primeiros meses do ano. O resultado do primeiro trimestre também foi ajustado, apontou decréscimo em relação ao último trimestre de 2013, conforme demonstrado no quadro abaixo.

No segundo trimestre de 2014, a agropecuária foi o único setor que cresceu em relação ao trimestre anterior, mas apenas 0,2%. No ano, a agropecuária acumulou alta de 1,2%.

Já os demais setores – indústria e serviços – caíram na comparação com o trimestre anterior, encolheram 1,5% e 0,5%, respectivamente. No acumulado do ano, a indústria somou queda de 1,4% e os serviços contabilizam crescimento de 1,1%.

No setor de serviços, o comércio apresentou queda expressiva, de 2,2%, o que contri-

buiu para o fraco resultado do PIB. As despesas de consumo das famílias aumentaram apenas 0,3% no segundo trimestre e no acumulado do ano a expansão foi de 1,7%.

Com um cenário de alta dos preços e dos juros, menor crescimento da renda e incertezas decorrentes do processo eleitoral, o consumidor tem adotado cautela em relação ao consumo. Os gastos do governo também foram menores no segundo trimestre do ano, com queda de 0,7%, mas acumularam alta de 2,1% no consolidado de 2014.

Entre os resultados do PIB brasileiro no segundo trimestre, o mais preocupante é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que é o termômetro dos investimentos na economia brasileira. No segundo trimestre de 2014, o indicador apresentou decréscimo de 5,3% na comparação com o primeiro trimestre, quando já tinha encolhido 2,8%. Diante disso, o acumulado do ano apontou decréscimo de 6,8%.



O resultado do setor externo foi positivo, com alta de 2,8% nas exportações e de 2,1% nas importações em relação ao primeiro trimestre, o que contribuiu para a balança comercial do País. No acumulado do ano as exportações apresentaram crescimento de 2,3%, e as importações registraram queda de 0,6%.

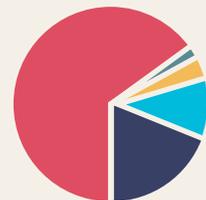
O PIB a preço de mercado apontou para um decréscimo de 0,6% diante do primeiro trimestre do ano, alcançou R\$ 1,27 trilhão em valores correntes. No acumulado do ano, o PIB brasileiro apresentou expansão de apenas 0,5%.

De forma geral, o resultado da economia brasileira no segundo trimestre foi impactado fortemente pela desaceleração dos investimentos em função da acomodação do consumo das famílias, que estão sob pressão da alta dos preços e dos juros. Além disso, o setor agropecuário, que contribuiu com o crescimento da economia nos últimos anos, demonstrou arrefecimento, uma vez que o preço das commodities tem caído em relação aos anos anteriores.

Para o segundo semestre de 2014, a expectativa é de leve melhora no resultado da atividade econômica, mas não o suficiente para reverter o baixo crescimento do primeiro semestre. [&]

SETOR DE ATIVIDADE	TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE ANTERIOR COM AJUSTE SAZONAL - %		ACUMULADO DO ANO
	2014 1º TRIM.	2014 2º TRIM.	
Agropecuária	3,1	0,2	1,2
Indústria	(-) 1,2	(-) 1,5	(-) 1,4
Serviços	0,0	(-) 0,5	1,1
Comércio	(-) 0,4	(-) 2,2	(-) 0,2
PIB a preços de mercado	(-) 0,2	(-) 0,6	0,5
Despesa de consumo das famílias	(-) 0,2	0,3	1,7
Despesa de consumo da administração pública	0,4	(-) 0,7	2,1
Formação bruta de capital fixo	(-) 2,8	(-) 5,3	(-) 6,8
Exportação de bens e serviços	(-) 3,8	2,8	2,3
Importação de bens e serviços (-)	0,9	(-) 2,1	(-) 0,6

CONTRIBUINTE PAGA A CONTA DE NOVOS MUNICÍPIOS



QUADRO DE ESCASSEZ DE RECURSOS ALIMENTA A GUERRA FISCAL EM QUE TODOS PERDEM

Com a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei complementar que estabelece novas regras para a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, abriu-se espaço mais uma vez para o surgimento de novos entes federativos. Lamentavelmente, a conta deve ser paga pelo contribuinte, pois a criação de mais municípios tem uma série de implicações e desdobramentos.

Como em uma festa, a necessidade de partilhar um “mesmo bolo” de recursos entre um número maior de convidados resulta em fatias menores para cada um deles, e em mais prejuízos e riscos – que compro-

metem a administração dos municípios antecedentes. Ou seja, os que tinham mais passam a ter menos, e os novos passam a ter um pouco desses recursos, porém, eles são insuficientes para montar e manter suas estruturas administrativa e legislativa – que compreende quadro funcional, investimentos e programas sociais.

Esse quadro de escassez de recursos explica por que muitas prefeituras buscam verba de maneira desenfreada, via concessão de incentivos fiscais e renúncia de parte da arrecadação de seus principais tributos, como ISS e IPTU, em detrimento dos orçamentos. O

mais grave é que isso alimenta a guerra fiscal entre os municípios e todos perdem.

A medida aguarda sanção da Presidência da República, que, em 2013, vetou outra lei que facilitava a criação de municípios. Os defensores do texto alegam que, agora, as regras são mais rígidas e dependem de prévio estudo de viabilidade, de consultas via plebiscito e de outros requisitos. Ainda assim, a expectativa é de que 200 novos municípios sejam criados, número inferior aos 400 anunciados quando da aprovação de projeto de lei anterior, vetado no ano passado. [&]

PROGRAMA APRENDIZAGEM GRATUITO NO SENAC.

EMPRESA, FAÇA PARTE DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NO SENAC E ESCOLHA MUDAR A VIDA DE MUITOS JOVENS.

Além de cumprir a lei, você ajuda a preparar os jovens para o mercado de trabalho. Uma ótima escolha para a empresa e para esta **futura geração de profissionais.**



Empresário, entre em contato com o Senac e informe-se sobre as turmas do Programa Aprendizagem com inscrições abertas.
www.sp.senac.br/cursosgratuitos - 0800 883 2000

QUADRO ELEITORAL MUDA O HUMOR DO MERCADO

QUANTO MAIOR A CHANCE DE MUDANÇA NA POLÍTICA ECONÔMICA, MELHOR A REAÇÃO DE INVESTIDORES

Após a mudança repentina do rumo das eleições, por uma fatalidade absolutamente imponderável, os mercados reagem de forma muito diferente do que há poucos meses, mas dizem a mesma coisa. Quanto maior a chance de mudança na política econômica, melhor a reação de investidores.

Os mercados acreditam que novas diretrizes de política econômica sejam menos intervencionistas, independentemente do resultado das eleições, e que reduzam o papel do Estado na economia, pontos já destacados nas campanhas dos candidatos opositoristas mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto. Aos poucos, o discurso da mudança também tem sido incorporado pela candidatura de situação. De fato, não há garantias de que a atual presidente não venha a fazer as mudanças desejadas pelos mercados, e nem de que os opositoristas as façam.

Ainda assim, as apostas (erradas ou não) são de que o quadro eleitoral acelerará o processo de reformas. Esse sopro de mudança tem inflado as velas dos investi-



mentos em ações. O gráfico abaixo mostra, desde 1995, o comportamento do Ibovespa:

Desde o início do Plano Real até a crise internacional de 2008, o valor das empresas listadas em Bolsa cresceu significativamente. A crise foi um ponto de mudança radical no mercado acionário e, em apenas cinco meses (entre maio e outubro de 2008), o Ibovespa caiu qua-

se 50%. Nos dois anos seguintes veio um período de recuperação e, em 23 meses, o Ibovespa havia praticamente recuperado todo o espaço perdido, com elevação de 90% no período, ou algo como 3% ao mês. De lá até o início de 2014 foram 40 meses andando de lado ou em queda, período no qual o indicador acumulou perda de 33% ou 1% ao mês (em média). Foram quase quatro anos de maus retornos do mercado acionário e, em 2013, esse quadro se agravou com as intervenções sobre empresas como a Petrobras.

Desde o início do ano, o Ibovespa tem mostrado vigor, baseado na expectativa de mudanças na matriz econômica que adicionem racionalidade ao processo produtivo e reduzam custos e ingerências estatais. Isso pode ser utilizado como argumentação no posicionamento de aplicações? A resposta é sim! O Economix tem alertado que as aplicações em ações devem ser feitas em momentos em que a expectativa de longo prazo é positiva, independentemente das condições momentâneas. Por isso, aplicações em Bolsa devem sempre ter horizonte de longo prazo (dois anos ou mais) e disciplina (quando o retorno esperado for atingido ou ultrapassado, o aplicador deve sacar os recursos). Neste momento, a percepção é de que há espaço para novas altas do Ibovespa, e apesar de já ter subido nos últimos meses, ainda não atingiu o patamar nem mesmo do início de 2010, e menos ainda o de maio de 2008. Há espaço para ganhos significativos em carteiras do Ibovespa neste ano. Após os resultados das eleições, e da leitura mais clara do que será feito na política econômica a partir de 2015, o Economix vai rever as condições dos mercados, para, assim, reforçar ou mudar as indicações. [8]



Senac Sesc FECOMERCIO SP

Aqui tem a presença do comércio

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE ABRAM SZAJMAN • DIRETOR-EXECUTIVO ANTONIO CARLOS BORGES • COLABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA • COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO TUTU • DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA • EDITORA MARINEIDE MARQUES • FALE COM A GENTE ECONOMIX@FECOMERCIO.COM.BR RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 • BELA VISTA • 01313-020 • SÃO PAULO - SP • www.t.com.br